

Doença negligenciada

Considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma das seis doenças mais sérias de origem parasitária do Planeta, a leishmaniose avança, paulatinamente, em SC. O mapa da contaminação no Estado registra 350 casos em 17 anos. Especial Pesquisa - p. 6 e 7

O AVANÇO DA LEISHMANIOSE EM SANTA CATARINA



Impresso

99129-5/2002-DR/SC
UFSC

CORREIOS



Jornal Universitário

Universidade Federal de Santa Catarina - Abril de 2008 - Nº 389

Reserva da biosfera urbana

Esperança: a Ilha de SC poderá ser declarada pela Unesco uma reserva da biosfera urbana. p. 12

Foto: James Tavares



Do Editor

Vergonha & humilhação

A Administração da Universidade Federal de Santa Catarina condena, veementemente, a humilhação praticada contra calouros que são obrigados a pedir dinheiro nas esquinas e sinaleiras da Capital. Esse tipo de trote, que felizmente vem diminuindo ano após ano, não condiz com o nível dos alunos da UFSC, constringendo a comunidade universitária e a própria população. Essa prática também macula a imagem e o conceito de uma das melhores instituições públicas do País, cuja missão primeira é formar cidadãos éticos e responsáveis. A UFSC, além de condenar tais métodos grosseiros, tem estimulado trotes educativos e práticas que levam à cidadania, à ética, à inclusão social e ao respeito à democracia e à vida.

Aqueles que insistem com essa forma indigna de recepção aos colegas, além de expô-los ao ridículo e a riscos físicos, estão violando as regras da Universidade, da civilidade e a própria legislação vigente. Portanto, estão sujeitos inclusive à pena da lei.

A Administração da UFSC solidariza-se com a comunidade que, indignada, tem acionado a Ouvidoria da instituição, e, em nome da Constituição e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, apela ao bom senso para que essa violência seja, definitivamente, abolida aqui e em todo lugar.

A notícia boa é que a ética começa a prevalecer e cada vez mais veteranos optam por iniciativas que integram os calouros ao cotidiano da universidade e ao convívio com a sociedade que mantém a instituição pública e gratuita.

Esse avanço conquistado na atual gestão da UFSC é, felizmente, um compromisso da Reitoria que assume em maio.

URP para todos - O Conselho Universitário da UFSC não titubeou e aprovou, por unanimidade, no dia 20 de março, duas moções relativas à "URP Plano Verão". A primeira faz a defesa da manutenção dos 26,05% sursurriados dos salários dos professores. A segunda propõe a extensão desse direito, considerando o princípio da isonomia salarial, para todos os trabalhadores da Instituição.

A Apufsc está mais mobilizada do que nunca. Por causa do corte, foi à mídia, ao TRT, à AGU, ao CUn, ao reitor e ao presidente Lula, além de ganhar as ruas e a assembléia...



Caiu na cesta

A comunicação cuida da saúde da instituição

Moacir Loth

Livro valente! *Da Olivetti à Internet – Política e Técnicas da Notícia*, organizado pelo ex-assessor de Comunicação da UFSC, Laudelino José Sardá, é uma obra, no mínimo, ousada. Nem Fenaj, nem Sindicato fizeram, em 50 anos, algo tão corajoso, livre e independente. Publicado pela Editora da Unisul, contou com o apoio cultural da Fundação Certi, da UFSC. Fomos convidados a integrar o projeto. Infelizmente, dinossauros, e ainda escrevendo na Olivetti, perdemos o prazo e o bonde. São 22 depoimentos representativos, aliás, sem exceção, muito bem escritos. Mas, curiosamente, o repórter fotógrafo Orestes Araújo, "O Velho", dá um banho de... texto! O organizador, humilde porque se mistura, também não faz por menos

Mistério. Ambulância do Figueirense ronda o campus. Seria o motivo um craque do *Volantes*?

Reconhecimento. Administração Central está aceitando os elogios pelas melhorias na Igrejinha.

Injustiça. Não é a Justiça. Cega é a política.



O Supremo Tribunal Federal, embora devesse se declarar incompetente, julga a pesquisa com células-tronco embrionárias. A permissão é condenada pela Igreja e ainda não conseguiu consenso na comunidade científica. O presidente da Fapescc, ex-reitor Diomário de Queiroz, entende que nada conterà a evolução da Ciência. "Essa é uma questão de sobrevivência da espécie no Planeta", arremata.

"Fundações necessárias". "Sem a competência e a flexibilidade das fundações, morre o Hospital universitário (HU), fecha o laboratório de pesquisa, acaba o projeto de extensão, termina a cooperação científica, desaba a relação com a sociedade e quebra a ponte que liga a universidade à população". (Artigo, *DC* - 06/03/2008)

No limite! A Apufsc não entrega os pontos. O direito à URP é, na verdade, questão de vida e morte. O corte pegou em cheio 1883 docentes.

Desabafo! "O Governo e setores do Judiciário esquecem que o instrumento para a mudança passa necessariamente pelo respeito às pessoas e que uma educação de qualidade e uma universidade forte, preparada para ajudar o País, exige professores reconhecidos e motivados". Reitor Lúcio José Botelho, em artigo no *DC*

Notícia plantada. Nem a descoberta da pólvora alvoroçou tanto a imprensa local, regional e nacional. Cinco pés de maconha foram "transplantados", segundo a *Folha de S. Paulo*, para o terreno que fica atrás do Laboratório de Química da UFSC. As plantas não eram mais crianças: com quase 40 cm de altura, foram "flagradas" pela Segurança do Campus. "Um exemplar da erva", revela a *Notícia*, "já havia sido flagrado" durante uma ronda e retirado do local (insistente!).

O curioso é que para a divulgação das pesquisas do laborioso Laboratório de Química a mídia torce o nariz. O fato, e não a notícia, é que o sensacionalismo continua rondando as redações e, pior, disfarçado de jornalismo investigativo, empastelando segurança, informação e polícia. A prova é que os pés de manjerição descobertos recentemente perto do NDI não despertaram sequer os zelosos guardas muito menos os atentos repórteres de plantão. Duvidamos que plantar 500 pés de pau-brasil renda tanta mídia!



Foto: arquivo pessoal Família Anderle

Vão-se os bons... Santa Catarina perdeu mais uma figura singular. A diretoria geral da Fundação Catarinense de Cultura, Elisabete Anderle, faleceu cheia de projetos. A exemplo do marido, Jacó, também vítima de câncer, Bete dedicou a vida inteira à educação, à cultura e à família. Assim como o sociólogo, a socióloga dirigiu a Secretaria de Estado da Educação. Ambos mantiveram uma relação profícua e intensa com a UFSC.

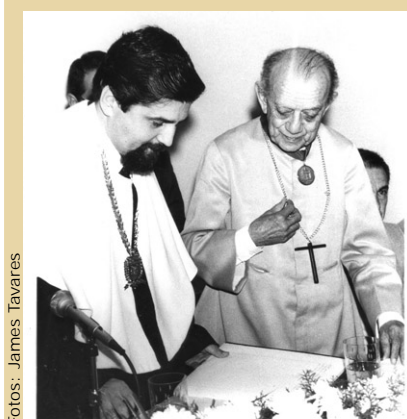
Esquerda volver! Ao contrário da maioria de nós, que nos endireitamos ao longo da vida, José de Assis Filho, nosso saudoso coordenador do Sindicato, o *Babão*, avançou sinal e na contramão partiu para esquerda e, empinando pipas e enterrando pelegos, radicalizou, transformando-se num sindicalista autêntico, que dignificou a carreira e deixou uma clareira aberta como desafio para a comunidade universitária ocupar... Até porque, como diz o poeta Lindolf Bell, em *Código das Águas*, "toda morte é um equívoco".

Novo perfil. Os jornalistas estão escrevendo cada vez mais livros, ou seja, passaram a produzir e difundir conhecimentos.

Desconhecimento? Promotor Gladaniel Palmeira de Carvalho disse na CPI não ver sentido nas fundações (da UnB).

Personagem ímpar no cenário político brasileiro, Dom Hélder Câmara proferiu no dia 28 de março de 1981 (*foto dir*), na UFSC, a palestra de abertura do 10º Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC).

Já no dia 31 de outubro de 1986, a UFSC outorgou ao arcebispo de Recife e Olinda, em solenidade presidida pelo então reitor Rodolfo Pinto da Luz, o título de Doutor *Honoris Causa*.



Fotos: James Tavares

Na palestra, Dom Hélder afirmou que "a raiz profunda da anti-comunicação - para além da diversidade de línguas e de culturas - é o egoísmo". E numa entrevista no Gabinete do Reitor, revelou, com todas as letras, que "o Papa é controlado". E inquietou-se com o rumo do mundo: "De que adiantam maravilhas como os computadores eletrônicos, telex, naves espaciais, se todas as descobertas estão a serviço da anti-comunicação, enquanto o homem dança na cratera de vulcões, brincando de preparar, sempre mais, o suicídio universal, a supressão total da vida humana em nosso Planeta?". Dom Hélder soube, como poucos, enfrentar a ditadura militar instaurada no País em 1964.

Memória



Expediente

Elaborado pela Agecom - Agência de Comunicação da UFSC
Campus Universitário - Trindade - Caixa Postal 476
CEP 88040-970, Florianópolis - SC
www.agecom.ufsc.br, agecom@edugraf.ufsc.br
Fones: (48) 3721-9233 e 3721-9323.
Fax: 3721-9684

Diretor e Editor Responsável:
Moacir Loth - SC 00397 JP

Coord. de Divulgação e Marketing:
Artemio R. de Souza (Coord.)

Redação
Alita Diana (Jornalista)
Arley Reis (Jornalista)
Cecília Carbone Assioli (Bolsista)
Celita Campos (Jornalista)
Cora Ribeiro do Valle Dias (Bolsista)
Gabriela Santos Bazzo (Bolsista)
Jéssica Limpinski (Bolsista)
José A. de Souza (Jornalista)
Mara Paiva (Jornalista)
Margareth Rossi (Jornalista)
Mayara Vieira (Bolsista)
Paulo Clóvis Schmitz (Jornalista)
Paulo Fernando Liedtke
Thiago Santaella (Bolsista)

Fotografia:
Jones J. Bastos
Paulo Noronha
Livia Allgayer Freitag (Bolsista)

Arquivo Fotográfico
Ledair Petry
Tania Regina de Souza

Editores e Projeto Gráfico:
Jorge Luiz Wagner Behr
Cláudia Schaun Reis (Jornalista)

Divisão de Gestão e Expediente:
João Pedro Tavares Filho (Coord.)
Beatriz S. Prado (Expediente)
Romilda de Assis (Apoio)

Impressão: Jofafe Comunicação e Marketing Ltda



Doação de sangue, um ato de solidariedade

Quando os agentes de saúde fazem campanhas pela doação de sangue, costumam vir à nossa cabeça pensamentos relacionados à dor da picada, ao tempo de retirada do material, aos perigos que podem decorrer do ato de extrair sangue do organismo. Tudo isso, porém, é irrelevante se considerarmos a importância desse tipo de ação.

Se por um lado há desconfianças e informações parcas e desconstruídas sobre o assunto, por outro é saudável pensar no número de pessoas que podem ser beneficiadas por uma doação de sangue. Medicamentos produzidos pelo fracionamento do plasma humano, que por sua vez são obtidos a partir de doações, os hemoderivados extraídos de uma bolsa de sangue atendem a uma vasta gama de pacientes.

Depois de colhido, o sangue dá origem a vários hemocomponentes, como o concentrado de hemácias, os concentrados de plaquetas e o plasma. Também a aférese – coleta seletiva do componente sanguíneo desejado – deveria ser objeto de campanhas de doação, pelos bancos de sangue, pois esse procedimento pode ser realizado mensalmente, o que não ocorre com as doações normais de sangue, que exigem um espaçamento de quatro meses entre uma e outra.

As ocorrências registradas no trânsito, no trabalho ou no ambiente doméstico têm levado um número crescente de pacientes às salas de cirurgia. Por conta disso, os bancos de sangue precisam se desdobrar para atender à demanda existente. Campanhas de conscientização são necessárias para que mais doadores participem desse ato de solidariedade. Ao mesmo tempo, os órgãos responsáveis pela captação de sangue deveriam pensar na modernização dos equipamentos, visando a garantir saúde, conforto e segurança aos doadores – que chegam, no Brasil, a apenas 1% da população, contra 5% na Europa.

As campanhas para renovação do plantel de doadores voluntários deveriam ser incisivas, porque muitas pessoas só se lembram desse serviço quando alguém da família precisa de sangue. Para atrair mais doadores, as campanhas poderiam mostrar a realidade dos hospitais, onde é grande a quantidade de operações, mas nem sempre há sangue suficiente para todos os procedimentos necessários.

Como a Grande Florianópolis é uma das regiões mais bem servidas de hospitais, é comum pacientes de todo o Estado se deslocarem para a Capital atrás de um tratamento melhor – o que também aumenta a demanda por serviços de hemoterapia. Daí a importância das campanhas e de incentivos ao aumento do número de doadores em Santa Catarina.

Por fim, é bom lembrar que o acondicionamento dos hemoderivados precisa ser objeto de preocupação dos administradores de bancos de sangue, porque a falta de equipamentos modernos e adequados para o armazenamento pode pôr a perder um material coletado com dificuldades e nem sempre na quantidade ideal.

José Antônio de Souza
Jornalista na Agecom

REUNI contra o apagão

Em agosto de 2003, a Andifes formalizou junto ao presidente Lula uma proposta para dobrar o número de alunos nas universidades federais, sem comprometer a qualidade e priorizando cursos noturnos, formação de professores para a educação básica e a superação das desigualdades regionais. Em 2008, 53 universidades federais, presentes em todos os estados da federação, firmaram com o presidente um termo de compromisso com este objetivo.

Até 2012, serão 2,4 bilhões em investimentos, 93.319 novas vagas e 1.285 novos cursos de graduação. Destes, 696 são noturnos, 331 de licenciaturas, 640 de mestrados e 428 de doutorados. O total de matrículas alcançará 1,1 milhões de alunos. Serão criados 25 mil cargos e funções para ocupação escalonada nos próximos quatro anos, de acordo com o Projeto de Lei assinado recentemente pelo presidente.

Neste contexto é que a sociedade brasileira, especialmente os formadores de opinião e as agremiações partidárias, deve compreender que, em um país continental, políticas e serviços públicos de qualidade a que todo cidadão tem direito, e a que o Estado se obriga, implicam em recursos financeiros e humanos bem geridos, mas também substanciais. No Brasil os investimentos em educação em relação ao PIB ainda são baixos. A DRU retira anualmente, dessa área, valores superiores ao total previsto para esta expansão em quatro anos.

Os números do REUNI são eloquentes. Porém, há outros aspectos igualmente importantes nesse programa. A definição de diretrizes acompanhada dos meios para executá-las, com res-

peito à autonomia e condicionada à aprovação dos conselhos superiores, induziu o planejamento estratégico nas universidades e no governo. O processo gerou, e o termo de compromisso registrou, metas, insumos e cronogramas; logo, responsabilidade política e administrativa para os atores envolvidos: MEC, Planejamento, reitores, professores, Congresso Nacional. Todos agentes públicos do Estado.

A novidade é que estes compromissos poderão ter suas execuções fiscalizadas pelo TCU, pela CGU, pelo Ministério Público, mas também pelos signatários, pelo parlamento e por toda a sociedade. O descumprimento injustificável de obrigação por qualquer das partes redundará em desgaste político e, talvez, em sanção administrativa. Esta sistemática, fruto de um intenso debate entre as IFES e o MEC, eleva as políticas públicas de educação a um novo patamar.

Um ganho involuntário e parcial, ainda não percebido, é a contribuição do REUNI para solucionar o iminente apagão de mão-de-obra qualificada. Bastou o PIB crescer 5,4% para este gargalo ao desenvolvimento se apresentar. Para uns é fácil ver o buraco na estrada, a escassez de energia, a criança sem aula. Para outros é motivo de orgulho a expansão industrial, o aumento do IDH e das exportações. Difícil para muitos é perceber que a solução desses problemas ou a perenidade desses êxitos exige mais profissionais bem preparados.

Involuntário e parcial porque faltou gestão para coordenar as políticas pú-



Até 2012, serão 2,4 bilhões em investimentos, 93.319 novas vagas e 1.285 novos cursos de graduação

Foto: De Lima/www.sxc.hu

blicas de educação com outras, e então, potencializar e otimizar este ganho. O REUNI e as expansões anteriores não foram cotejadas com as necessidades de profissionais para uma política industrial ou de inovação tecnológica, por exemplo, ou com demandas geradas por programas de governo. Assim foi com o PAC e mais recentemente com os Territórios da Cidadania.

O REUNI como política de Estado e, por ter referência na qualidade, visão estratégica, com metas e bases gerenciais claras, quando completado, representará uma revolução na educação superior, com repercussão direta nos demais níveis de ensino e conseqüências espraçadas por todas as atividades econômicas. Certamente dará sustentação ao ciclo de desenvolvimento no qual o país aparentemente ingressou. Basta cada um cumprir a sua parte.

Gustavo Balduino

Secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Foto: Jones Bastos

Para onde vai a UFSC?

Aconteceu o impossível. Ainda que exista uma decisão do Poder Judiciário do Trabalho, transitada em julgado desde 1990, num processo de correção monetária referente ao Plano Bresser, mais de 1,8 mil professores da UFSC tiveram administrativamente cortados 26% dos seus salários, a partir de janeiro último. Este é um corte injusto, baseado numa interpretação equivocada da burocracia jurídica e administrativa do governo da União.

Esta situação começa a afetar profundamente a vida acadêmica de nossa Universidade, considerada uma das melhores do país, com reflexos negativos profundos na qualidade de ensino e pesquisa por ela produzidos. Além do mais, esse corte salarial reflete-se também em prejuízo para a economia de nossa região. Espera-se que a UFSC não se transforme numa sociedade de poetas mortos, ou melhor, de professores mortos! Afinal, sempre lembrando que são eles os formadores da inteligência do país. Se a prioridade do governo é a Educação, eles deveriam ser reconhecidos por lei como servidores de Estado.

Será isso utopia? Valorizados e pagos dignamente pelo exercício dessa função de elevada relevância poderão todos eles, motivados, contribuir para a construção de um país melhor. Mas se políticas de governo não fo-

rem definidas nessa direção, é de se perguntar: quem quer a morte de uma universidade pública como a UFSC?

Valmir Aguiar

Economista e professor aposentado da UFSC

Nota da Redação: A retirada da URP da Folha foi, na verdade, determinada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trata-se, portanto, de uma decisão de Brasília, ou seja, que foge da alçada da UFSC, conforme esclarece a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social da Universidade. A operacionalização feita pelo MP foi ordenada pela Procuradoria Federal com suposta base judicial.



Nova Farmácia Escola fornece medicamentos e ajuda a preparar futuros profissionais

A Farmácia opera como uma unidade de distribuição gratuita de medicamentos através do Sistema Único de Saúde, e atende, diariamente, cerca de 150 pacientes

Está funcionando desde o dia 17 de março, na Universidade Federal de Santa Catarina, a Farmácia Escola, um espaço para distribuição de medicamentos, treinamento e uso dos estudantes dos cursos da área de saúde da instituição. A solenidade de inauguração foi prestigiada por autoridades do município de Florianópolis, do Estado e do Governo Federal. Entre os presentes estavam o reitor Lucio José Botelho, o secretário nacional de Atenção à Saúde, José Noronha, e o prefeito da Capital, Dário Berger.

A Farmácia Escola surgiu por meio de parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a UFSC, envolvendo o Centro de Ciências da Saúde, o Departamento de Ciências Farmacêuticas e o Hospital Universitário. O projeto ocupa uma estrutura de 340 metros quadrados onde funcionam dois espaços de dispensação de medicamentos, um para assistência farmacêutica na atenção básica e outro

para o programa de medicamentos excepcionais. Também há uma central de abastecimento farmacêutico, salas de aula e salas de professores.

A Farmácia Escola funciona na antiga farmácia do Sesi, entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no campus da Trindade. Opera como uma unidade de distribuição gratuita de medicamentos através do Sistema Único de Saúde que visa a qualificar a assistência farmacêutica no SUS por meio da estruturação de serviços de dispensação de medicamentos.

Diariamente são atendidos em média 150 pacientes cadastrados pelo SUS, com a distribuição de medicamentos não-comercializáveis e atendimento personalizado de profissionais ou estudantes de farmacologia, que orientam os usuários quanto ao uso apropriado da medicação. Na maioria dos casos, os pacientes são portadores de patologias graves ou transplantados que necessitam de maior atenção dos agentes da saúde pública.

O projeto associa a melhoria da qualidade do atendimento aos pacientes de Florianópolis à formação e capacitação de profissionais comprometidos com a eficácia das ações de saúde e à produção de conhecimento relacionado à assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Segundo a professora Marení Farias, coordenadora do projeto, a Farmácia será referência regional para qualificação de pessoal para o SUS por meio da capacitação de profissionais já formados e da realização de estágios no âmbito da dispensação de medicamentos, acompanhamento farmacoterapêutico e gestão relacionada à assistência farmacêutica no setor público de saúde.

Inicialmente serão atendidos usuários do SUS que moram em Florianópolis e recebem medicamentos do Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional. Nesta modalidade há medicações não disponíveis em farmácias comerci-

ais, devido ao alto custo de aquisição. Também serão beneficiados pacientes atendidos nos ambulatórios do Hospital Universitário que necessitam medicamentos do Programa Assistência Farmacêutica na Atenção Básica.

A execução do projeto contou com financiamento do Ministério da Saúde e da UFSC. Atuarão na Farmácia Escola dois farmacêuticos, três técnicos de enfermagem e quatro assistentes administrativos contratados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, dois farmacêuticos da Universidade Federal de Santa Catarina e três professores do Departamento de Ciências Farmacêuticas, que farão a coordenação e supervisão das atividades didático-pedagógicas.

Inicialmente, desenvolverão atividades na Farmácia Escola 24 estagiários do curso de Farmácia, sendo dez com bolsas financiadas pela Prefeitura de Florianópolis, quatro mestrandos, uma doutoranda e dois bolsistas financiados pelo CNPq.

A inauguração da Farmácia Escola, que funciona na antiga farmácia do Sesi, entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no campus da Trindade, reuniu autoridades e contou com a apresentação da Banda do Exército



A farmácia será referência regional para qualificação de pessoal para o SUS por meio da capacitação de profissionais já formados e da oferta de estágios

Fotos: Jones Bastos

Aqui são atendidos usuários do SUS que moram em Florianópolis e recebem remédios do Programa de Medicamentos de Dispensação Excepcional. Esses medicamentos não são encontrados nas farmácias comerciais e têm alto custo



Tomógrafo do HU atende pacientes internos e da rede pública

José A. de Souza
Jornalista na Agecom

Desde dezembro do ano passado, pacientes da Unidade de Terapia Intensiva e das clínicas de internação do Hospital Universitário contam com mais um grande aliado na realização de exames de precisão. O Tomógrafo Computadorizado, adquirido através de parceria entre Governo do Estado, Associação Amigos do HU e UFSC trabalharam para que o equipamento fosse instalado no hospital. Ele foi inaugurado em dezembro passado e, atualmente atende cerca de 20 pacientes em média por dia. Instalado no setor de Radiologia, o aparelho que usa raios-X como uma radiologia convencional, mas como resultado

converte essa radiação em imagem de computação gráfica.

Segundo o médico Luiz Felipe Nobre, coordenador do Serviço de Radiologia, o tomógrafo é uma espécie de scanner que, ao invés de captar a imagem através de luz, faz isso usando raio. Antes de o aparelho ser instalado no HU, os exames eram feitos em clínicas particulares com um custo muito alto para o hospital. O novo equipamento abriu, também espaço para que doentes internados em hospitais da rede pública estadual possam também ser beneficiados.

Além disso, como o HU é um hospital-escola, médicos residentes em radiologia e outras especialidades estão tendo a oportunidade de aprender a operar e obter resultados de exames, a partir dessa nova tecnologia dispo-

nível na instituição. "A área do ensino obteve um ganho importante, com a instalação do equipamento no hospital, porque passou a colocar à disposição dos alunos os resultados de exames para estudo", salientou o médico. A coleta do resultado dos exames é feita em média em uma hora, para os pacientes de emergência e no máximo 24 horas para os internados nas unidades.

Luiz Felipe concluiu recentemente seu doutoramento. Nele, assessorado pelo professor Aldo Vonwan-genheim, do Departamento de Informática e Estatística da UFSC, desenvolveram um programa de computador em que os médicos cadastrados recebem uma senha, passando a ter acesso aos resultados dos exames em qualquer computador do Hospital Universitário ou

mesmo de sua residência. Essa tecnologia é usada exclusivamente no serviço de Radiologia do HU da UFSC. Existe similares, segundo o médico, somente nos Estados Unidos.

Apesar dos avanços no atendimento da população, o tomógrafo não está sendo utilizado na sua capacidade máxima, pois a falta de pessoa impede que os pacientes internados à noite e os que ingressam na emergência fora do expediente, fiquem fora desse benefício. Isso acontece porque só há dois médicos para coordenar as atividades dos residentes na operação do tomógrafo. Mesmo assim, um deles não pertence ao quadro de servidor da UFSC. Ainda não foi possível a contratação de mais profissionais para atender a essa demanda.

UFSC abre concurso público para repor 148 vagas

As vagas são para 26 cargos funcionais: 70 para candidatos com formação em nível superior e as outras 78 para cargos de nível médio

Artemio R. de Souza
Jornalista na Agecom

Termina no próximo dia 18 de abril o prazo de inscrições do concurso público para servidores técnico-administrativos. Das 148 vagas disponíveis para 26 cargos funcionais, 70 vagas são direcionadas para funções que exigem formação de nível superior e outras 78 para cargos de nível médio. A remuneração inicial varia de R\$ 1379,00 a R\$ 1609,00. As taxas de inscrição custam R\$ 50,00 para os cargos que exigem nível superior e R\$ 40,00 para os que exigem ensino médio completo ou ensino médio profissionalizante, todos reconhecidos pelo MEC. Desde o ano de 2002 a UFSC não ofertava novas vagas profissionais.

Os cargos superiores/áreas de especialização são Analista de Tecnologia da Informação(12 vagas); Arquitetura e Urbanista(5); Arquivista(9); Bibliotecário-Docimentalista(4); Biólogo(5); Biomédico(3); Contador (3); Engenheiro/Materiais(1); Engenheiro Civil(2); Engenheiro Agrônomo (2); Farmacêutico(4); Farmacêutico-Bioquímico(3); Físico(1); Fonoaudiólogo(1); Médico/Clinico Geral(2); Museólogo(1); Pedagogo/Educação Especial(2); Pedagogo/Educação Infantil(5); Psicólogo/Clinica (2); Químico(1); Revisor de Texto(1) e Secretário Executivo(1 vaga). Os de nível médio são Assistente em Administração(70 vagas);

Técnico de Laboratório/Biologia(1); Técnico de Laboratório/Física(2) e Técnico em Contabilidade(5).

Carla Cristina Dutra Búrgio, diretora do Departamento de Desenvolvimento e Potencialização de Pessoas (DDPP), da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, diz que o concurso visa à reposição de cargos e à viabilização operacional dos novos cursos de graduação recentemente criados pela Universidade. Os novos campi, que serão implantados pela UFSC em Araranguá, Curitiba e Joinville, ainda não foram contemplados neste edital.

Um processo seletivo desta natureza é considerado pelos organizadores um "mini-vestibular", daí a a parceria entre o setor de recursos humanos e Comissão Permanente do Vestibular (Coperve) para a aplicação das provas que acontecerão no dia 18 de maio (domingo). A expectativa é de que 15 mil candidatos se inscrevam no concurso que tem alcance nacional.

A inscrição deve ser feita pela Internet em www.ufsc.br, link *Concursos*, até às 20 horas do dia 18 de abril. Caso o candidato não possuir acesso à Rede, será disponibilizado computador no DDPP, localizado no andar térreo do prédio da Reitoria, Campus Universitário, das 14 às 18 horas, até 18 de abril (exceto sábados, domingos e feriados).

O edital completo pode ser acessado através da internet, no endereço <http://www.coperve.ufsc.br/concursos/ddpp2008>.



Foto: Cláudia Reis

Desde 2002 a UFSC não ofertava novas vagas profissionais

Graduação valorizada, organizada e impressa

Trabalho da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação resulta em três publicações

Arley Reis
Jornalista na Agecom

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação lançou em março três publicações: o livro *Do Treinamento à Educação Tutorial: o PET na UFSC (1980 – 2007)*; a Revista de Estágios UFSC e o Relatório do 1º Ciclo do Programa de Auto-Avaliação Institucional da UFSC (2004-2007). "São resultados de uma política de gestão que priorizou ações para rediscutir a graduação", avalia o professor Marcos Laffin, pró-reitor de ensino de graduação.

Adequar os processos relativos aos estágios foi um dos desafios. Pesquisas realizadas por agência de integração indicam que 90% das instituições que procuram estagiários têm preferência por estudantes oriundos da Universidade Federal de Santa Catarina. No entanto, até pouco tempo o chamado estágio não-obrigatório (aquele que não faz parte do currículo) não garantia que o estudante atuaria na área de seu curso. Distorções afetavam a contribuição que essa atividade poderia representar no processo pedagógico.

Depois de diversos debates com o Ministério Público do Trabalho, a UFSC fez um ajuste de conduta em relação aos estágios não-obrigatórios. A política de estágio implantada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação priorizou a formação pedagógica e atualmente todo estágio desse tipo é registrado no sistema do Departamento de Estágios, um dos setores da PREG. Há um professor que acompanha o estagiário e, além disso, todo estudante tem direito a um seguro.

A Revista de Estágios da UFSC reúne artigos que documentam sistemáticas adotadas em relação aos estágios nos diversos cursos da UFSC. A diretora do Departamento de Estágios, Maria de Lourdes Pereira Dias, destacou no lançamento o esforço coletivo direcionado à produção da publicação que contou com o trabalho de aproximadamente 50 pessoas, entre autores e co-autores.

A publicação *Do Treinamento à Educação Tutorial: o PET na UFSC (1980 – 2007)* é resultado de outra política da PREG: a valorização do PET e sua articulação com o fortalecimento dos cursos de graduação.

"No início da gestão nossa preocupação foi avaliar como os grupos PET estavam organizados e qual o seu papel na construção de uma política institucional, sua articulação com o curso, com os centros e outros programas da universidade", explica o pró-reitor Marcos Laffin. Também a partir dessa preocupação surgiu a pro-

posta de registrar as trajetórias das diferentes equipes. Em 16 capítulos o livro aborda o trabalho de cada um dos grupos PET da UFSC. "Hoje temos grupos PET envolvidos com diferentes departamentos, trabalhando em uma maior articulação em relação aos processos de ensino, pesquisa e extensão", avalia Laffin.

"O livro apresenta de forma objetivo alguns dos momentos mais significativos dos Grupos Pet na UFSC. Resgata a história do programa na universidade e as principais lutas para sua manutenção", destaca o professor Giovanni de Lorenzi Pires, lembrando que mais de 3 mil alunos já fizeram parte do programa na UFSC – atualmente a segunda universidade do país em número de grupos PET (só perde para a Unesp).

A terceira publicação, o Relatório do 1º Ciclo do Programa de Auto-Avaliação Institucional (PAAI) da UFSC apresenta o processo e os resultados da primeira etapa de um trabalho que já é referência para outras instituições. O PAAI foi desenvolvido no período de julho de 2004 a julho de 2007, sob coordenação da Comissão Própria de Avaliação, com a participação de outras 12 comissões setoriais e da comunidade universitária. Suas ações possibilitaram uma leitura interna das políticas e práticas institucionais na UFSC e a coleta de dados sobre a percepção e satisfação da comunidade universitária sobre estas atividades.

Entre os tópicos avaliados estão políticas institucionais, políticas de pessoal, políticas estudantis, infra-estrutura, responsabilidade social, organização e gestão, comunicação com a sociedade e sustentabilidade financeira. De acordo com o pró-reitor, a experiência tem feito com que a UFSC venha sendo chamada a participar de diversos fóruns de discussão da educação superior, sendo uma referência para a construção de um modelo de avaliação das instituições brasileiras. "Estamos colaborando com a construção desse caminho", comemora Laffin.

Presente à cerimônia de lançamento das publicações, o vice-reitor da UFSC, Ariovaldo Bolzan, destacou a importância de entendimento do estágio como educação pelo trabalho e lançou o desafio de que os grupos PET se estendam por toda a universidade. "Temos liberdade pedagógica para que a educação tutorial faça parte de nossos currículos", avaliou o vice-reitor, lembrando a contribuição da UFSC nas lutas para manutenção do programa e desejando que a publicação seja um mecanismo para divulgação e difusão do programa.

Pela expansão do sistema de cotas

Paulo Fernando Liedtke
Agecom

"Temos que incluir os corpos para mudar a mente", disse o professor José Jorge de Carvalho (UnB), autor de várias publicações sobre inclusão étnica e racial no Brasil, em palestra realizada no dia 19 de março no auditório do CFH. Ele falou sobre o tema "Cotas Étnicas e Raciais nas Universidades: um movimento de descolonização na América Latina", em evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

Em sua conferência, Carvalho relembrou várias experiências históricas para caracterizar o eurocentrismo que predominou na formação das universidades. "Os convênios com a Europa recolonizaram a pós-graduação", disparou. O pesquisador diz que as tendências europeias determinaram o perfil das instituições de ensino superior brasileiras e, por isso, defendeu a implementação de cotas tanto nos cursos de mestrado e doutorado quanto na seleção de professores das universidades. Ele parte da constatação de que nos anos 60 havia mais professores negros. A expansão da pós-graduação qualificou um grupo etnicamente mais branco do que negro.

Para Carvalho, o sistema de cotas é a única de maneira de romper com um círculo vicioso predominante na sociedade brasileira. "Trata-se de um processo revolucionário de reconstruir o imaginário social. Ao mexer com as representações corporais nas universidades, estaremos mudando o imaginário das pessoas", afirmou.

O professor diz que a primeira experiência com a política de cotas surgiu na Índia no final da década de 40. A constituição daquele país estabeleceu cotas no serviço público e nas universidades, permitindo o compartilhamento do poder. "Não foi nos Estados Unidos, como muitos propagam. Ao contrário, o sistema de cotas americano é restritivo, pois se limita a estabelecer um patamar para negros, prevalecendo a maioria branca em vários processos seletivos. O modelo é segregacionista", complementa.

Carvalho defende que os índices das cotas devem subir cada vez mais, para compensar uma exclusão histórica. Cita várias experiências que estão sendo vivenciadas na América Latina. Na Colômbia já há cotas para professores indígenas nas universidades. A Bolívia é o país mais democrático neste momento, pois o presidente Evo Morales nomeia até ministros indígenas. A política de cotas é um movimento continental, porque outros países também estão mobilizados para a questão racial.

O professor da UnB defende um processo de convencimento, uma luta política, pois "vivemos numa sociedade racista". Ele diz que as pessoas são estigmatizadas por ingressar na universidade no sistema de cotas. Propõe, ainda, a unificação da luta dos negros e dos indígenas para combater os "fantasmas" da rejeição mútua.

O Diretório Central dos Estudantes também debateu o tema das cotas no último dia 25, visando interar o meio acadêmico sobre esta nova realidade institucional vivida pela UFSC a partir deste semestre letivo.

Uma velha doença nos novos tempos

Séculos passaram e a leishmaniose continua uma doença negligenciada

Arley Reis e
Thiago Santaella

Máscaras fúnebres Incas encontradas sem nariz testemunham a presença da doença que "come carne" desde a época pré-colonial na América Latina. Mais de 500 anos se passaram e a leishmaniose continua assustando. Hoje em dia, a leishmaniose visceral mata aproximadamente 70.000 crianças e adultos no mundo por ano e quase dois milhões de pessoas desenvolvem as lesões causadas pela sua outra variedade, a tegumentar. Doze milhões de pessoas estão contaminadas em todo o mundo, sendo que somente 30% dos casos são reportados pois apenas 88 países fazem a contagem de diagnósticos da doença, informa a organização Médicos sem Fronteiras (ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 1999).

Incluída pela Organização Mundial da Saúde entre as seis mais importantes doenças de origem parasitária no mundo, a leishmaniose vem se expandindo em Santa Catarina. Até o início da década de 80, o Estado não tinha registros de casos de leishmaniose tegumentar (ver infográfico). Mas os casos vêm aumentando. Estudo em andamento no município de Piçarras, litoral norte do Estado, mostrou que entre 583 estudantes investigados apenas um tinha passado de lesão compatível com a doença - mas 15,6% apresentaram teste cutâneo positivo. Isso significa que as pessoas estão sendo picadas pelo inseto infectado e portanto estão sendo infectadas, mas não apresentam as feridas provocadas pela leishmaniose. Recentemente foram também registrados os primeiros casos de co-infecção HIV-leishmaniose na região do vale do Itajaí.

Através de projetos financiados pelo CNPq, Fapesc e pela Secretaria de Estado da Saúde, pesquisadores da UFSC desenvolvem ações de pesquisa e extensão nas áreas que têm apresentado os focos. "A leishmaniose ainda é uma doença negligenciada", alerta o professor Mário Steindel do Departamento de Microbiologia e Parasitologia da UFSC, coordenador dos trabalhos envolvendo a leishmaniose na UFSC. Segundo ele, o diagnóstico da doença não é simples e muitas vezes ela é confundida com hanseníase, câncer de pele e micoses, levando a tratamentos

Os cães são comprovadamente reservatórios do protozoário que causa a leishmaniose visceral, mas não se sabe qual é exatamente seu papel na tegumentar



Animais silvestres como roedores, gambás e preguiças são os hospedeiros naturais dos...



...protozoários do gênero *Leishmania*, que são os responsáveis por um conjunto de doenças. As leishmanioses podem ser tegumentar (atinge a pele e as mucosas, como a boca e o nariz) ou visceral (atinge os órgãos internos)



CICLO DE VIDA DA LEISHMANIA

Responsáveis por transmitir os protozoários, os chamados mosquitos-palha ou flebotomíneos, são pequenos insetos que adquirem a *Leishmania* ao se alimentarem do sangue dos animais silvestres e que contaminam os seres humanos ao picá-los...



...principalmente durante o nascer e o pôr do sol, horários em que o mosquito tem maior atividade. Lugares úmidos como grutas e matas fechadas também são áreas de contato com o inseto. Na foto, uma ferida já tratada causada pela leishmaniose tegumentar. Não se sabe se o ser humano também funciona como hospedeiro do parasita



inadequados, o que pode agravar as feridas.

Diagnóstico apurado

O processo de diagnóstico da leishmaniose em Santa Catarina vem avançando graças a técnicas sofisticadas de biologia molecular usadas no Laboratório de Protozoologia, ligado ao Departamento de Microbiologia e Parasitologia da UFSC. Desde 2000 o laboratório é referência no Estado para diagnóstico da leishmaniose e da doença de Chagas, sendo o único a realizar

testes moleculares para confirmação dos casos. Solicitações de exames são encaminhadas de todo o Estado para a UFSC, que verifica se o paciente está de fato infectado pelo parasito causador da doença.

O método molecular, apesar de ser mais caro, garante rapidez, confiabilidade do resultado e possibilita a obtenção de informações sobre qual parasito está determinando a doença e a que espécie pertence. A importância das técnicas moleculares está também diretamente relacionada ao estudo de casos de reincidência das lesões ou de resistência ao tratamento fornecendo informações valiosas ao clínico que lida diretamente com o doente.

Porém o maior desafio é familiarizar os médicos com a leishmaniose, tradicionalmente confundida com outras patologias. Desde meados da década de 90 são desenvolvidos programas de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos que envolvem a UFSC e as Regionais de Saúde de Santa Catarina para familiarizar os profissionais com as características da patologia e assim evitar erros no diagnóstico. "Conseguimos um grande avanço com esses programas. Hoje o reconhecimento dos sintomas da doença é bem mais comum nos hospitais do Estado" explica Steindel.

Panorama

Com dois projetos relacionados a esta problemática em andamento, a UFSC está também trabalhando no levantamento de um panorama atualizado sobre a situação da leishmaniose em Santa Catarina e na região norte do Paraná, em colaboração com pesquisadores da Universidade

Saiba mais: a doença e os riscos de contaminação

A leishmaniose é causada por protozoários parasitas do gênero *Leishmania*. No Brasil são liberados no sangue pela picada de mosquitos fêmea do gênero *Lutzomyia*, conhecido popularmente como mosquito-palha. No ciclo clássico de transmissão o homem adquire a infecção ao entrar em contato com as áreas florestais (ver infográfico).

Há três tipos de leishmaniose: a visceral, que ataca os órgãos internos, cutânea que ataca a pele, e mucocutânea, que ataca as mucosas e a pele, o que faz a doença apresentar um amplo espectro de manifestações clínicas podendo se manifestar através de lesões únicas ou múltiplas na pele, nas mucosas nasal e orofaríngea (nariz e garganta) ou comprometer as vísceras (fígado, baço e medula óssea). As formas cutâneas e principalmente a mucocutânea podem gerar seqüelas graves

ou mesmo irreversíveis.

Estima-se que 350 milhões de pessoas vivem em áreas de risco de transmissão da leishmaniose. Brasil, Afeganistão, Paquistão, Síria, Arábia Saudita, Argélia, Irã e Peru concentram 90% dos casos de leishmaniose tegumentar (que ataca a pele ou as mucosas). E o país também está no grupo que concentra 90% dos casos de leishmaniose visceral, a variação mais perigosa, junto com Índia, Bangladesh, Nepal e Sudão. No Brasil, a Leishmaniose Tegumentar Americana tem sido registrada em todos os estados do país com 552.059 casos notificados de 1980 a 2003 (Ministério da Saúde, 2005). Na região Sul 99,3% dos casos notificados são provenientes do Estado do Paraná, onde essa doença ocorre em diversos municípios do Norte, Oeste e no Vale do Rio Ribeira.

Foto: A. Crump, TDR/OMS



As telas podem ser impregnadas com inseticida ou já conter o inseticida em sua composição. Foto batida no Irã

Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Depois de realizado o diagnóstico, as amostras analisadas na UFSC são depositadas em um criobanco, em temperaturas extremamente baixas, para que estudos mais amplos sejam realizados. Estas pesquisas permitem verificar as linhagens mais virulentas do parasito, possibilitam estudos sobre a epidemiologia da doença e podem apontar os fatores de risco mais importantes na transmissão.

Os estudos no Paraná e Santa Catarina incluem a coleta, identificação e distribuição da fauna de flebotômíneos (o inseto que transmite a doença), a identificação de possíveis reservatórios e a avaliação do papel dos cães na epidemiologia da doença, entre outras ações. A importância é justificada pois as etapas e papéis da transmissão da doença ainda não são inteiramente conhecidos. Fatores de contaminação, por exemplo, variam de região para região. No Brasil a contaminação é quase inexistente durante a noite enquanto as pessoas estão dormindo, mas na África e na Ásia isso não só é comum, como é constante. O que torna um dos métodos mais eficientes de prevenção utilizados lá, uma espécie de cortina de telas para as camas, ineficiente aqui.

Outra dúvida é se os cães são heróis ou vilões na história. Para um dos tipos da leishmaniose (a visceral) os cachorros são reservatórios, mas existe a hipótese de que eles podem funcionar como barreiras na transmissão para o ser humano na leishmaniose tegumentar. O mosquito preferiria picar o cão ao invés do homem. Para tentar conter o avanço da leishmaniose visceral, os órgãos de saúde pública da Índia exterminaram centenas de milhares de cães, mas obtiveram resultados muito limitados no controle da doença, o que sugere que possa existir outro animal reservatório.

Associados à avaliação das variáveis ambientais e climáticas, os estudos deverão contribuir

para o planejamento de atividades de diagnóstico, tratamento e controle da doença nos dois estados. A meta é criar um mapa detalhado da distribuição dos casos e identificar as áreas de maior risco de transmissão, possibilitando o desenvolvimento de estratégias de monitoramento e controle. "É importante mapear a distribuição dos parasitas e fazer correlações com os tipos de vetores. São informações epidemiológicas que podem ajudar a tomar medidas adequadas para controle e redução da doença", explica o professor Mário Steindel. No caso de Santa Catarina, os projetos estão também colaborando com a capacitação de recursos humanos nas unidades municipais de saúde, permitindo a realização de palestras e atividades educativas nas escolas.

Os trabalhos são desenvolvidos pela UFSC em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí, Universidade Regional de Blumenau (FURB), Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas (Fiocruz), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Têm apoio financeiro da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, da Fapesc e do CNPq.

Esses fundos para financiar as pesquisas são obtidos junto aos governos dos países mais atingidos ou à ONGs. Não há interesse de grandes laboratórios farmacêuticos mundiais no desenvolvimento de medicamentos contra a leishmaniose por ser uma doença quase que exclusivamente de países pobres e que atinge as populações mais desfavorecidas desses países. Para a organização Médicos sem Fronteiras, há pouco esforço na pesquisa de um medicamento alternativo (o tratamento convencional baseado em sais de antimônio é doloroso e pode ter efeitos colaterais no coração e no pâncreas) mas a pesquisa veterinária pode oferecer alguma esperança, uma vez que a doença também afeta cachorros de países ricos.

Mesmo assim, foram obtidos alguns avanços nos últimos cinco anos. O genoma de um dos protozoários causador da doença (*Leishmania major*) foi seqüenciado e o mesmo ocorreu com um de seus principais vetores (*Lutzomyia longipalpis*). É uma oportunidade de obter novos conhecimentos sobre a biologia do parasita, sua transmissão e pode criar novos caminhos no desenvolvimento de drogas e vacinas para combater a disseminação da doença.

Infográficos: Thiago Santaella
Fontes: Instituto Fundação Oswaldo Cruz e Projeto Leishmaniose Tegumentar Americana na Região do Vale do Itajaí, Santa Catarina
Fotos: Science Photo Library

O AVANÇO DA LEISHMANIOSE EM SANTA CATARINA



Em 17 anos, foram registrados 350 casos de contaminação pelo protozoário *Leishmania* em Santa Catarina. São ocorrências dentro do próprio Estado, casos autóctenes, e não casos importados, quando a pessoa é contaminada em outro local e volta para SC. Há uns dez anos, para cada caso adquirido, havia 5-10 casos importados. Hoje, para cada caso importado, há dez a 15 casos adquiridos.

Mais Pesquisa

Prêmio Capes de Tese 2007

Uma pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Tese 2007. A tese 'Da Teoria Crítica de Adorno ao Cinema Crítico de Kluge: educação, história e estética', de Robson Loureiro, orientada pela professora Maria Célia Marcondes de Moraes, propôs um diálogo entre educação e cinema. A pesquisa permitiu o estudo dos filmes do cineasta alemão Alexander Kluge, um dos principais representantes do Novo Cinema Alemão. Robson Loureiro relacionou as concepções de estética, de história e educação presentes nas obras de Kluge e fez uma aproximação com a filosofia de Adorno - teórico da primeira geração da Escola de Frankfurt com quem o cineasta alemão teve proximidade intelectual e pessoal.

Genômica e Proteômica

A UFSC aprovou três projetos entre os 19 que serão financiados pela Finep por meio do edital Genoprot, direcionado a pesquisas nas áreas de genômica e proteômica. São dois projetos do Centro de Ciências Biológicas e um do Centro de Ciências Agrárias que, juntos, somam mais de R\$ 1,7 milhão. As pesquisas possibilitarão trabalho conjunto com a Rede de Proteoma do Estado de Santa Catarina (www.rpsc.ufsc.br), uma das oito redes estaduais existentes no país, e também com pesquisadores de outras importantes instituições. Os estudos aprovados pela Finep associam grupos multidisciplinares visando à obtenção de novos produtos ou processos com potencial de aplicação nas áreas de saúde, agricultura, indústria e meio ambiente.

Saúde & Trabalho

Há necessidade de maior atenção à saúde daqueles que cuidam da saúde da população. Essa é uma das avaliações decorrentes de uma pesquisa que investigou os acidentes de trabalho entre servidores de Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis. O levantamento e as análises foram realizados a partir da tese de doutorado da professora Leila Posenato Garcia, do Departamento de Saúde Pública da UFSC. A tese foi orientada pelo professor Luiz Augusto Facchini, junto ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia da UFPel (RS). Para a pesquisa foram entrevistados 1.249 trabalhadores dos postos de saúde de Florianópolis - o município tem cerca de 1.350 servidores na atenção primária. No período de um ano foram registrados 468 acidentes de trabalho. Além dos casos convencionais, como quedas (72), pancadas (47), e torções (54), também foram registradas mordidas de animais (22), além de situações de violência entre os agentes de saúde. Os acidentes de trabalho mais frequentes envolveram exposição a sangue e fluidos corporais (103).

O Direito dos Índios em terceira declaração

Terceira Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas determina que países garantam os direitos e o avanço contínuo das relações com esses povos

Mara Paiva
Jornalista na Agecom

A *Bula Sublimis Deus* elaborada pelo Papa Paulo III em 1537 reconhecia que os índios eram homens e tinham alma. Este tipo de documento, considerado pelos juristas um marco que deu origem ao direito internacional no mundo moderno, tinha na época o valor que possui hoje uma resolução da Assembleia Geral da ONU. Passados quase 500 anos, o poder dominante parece ainda não estar muito convencido da condição humana dos povos originários. Após 20 anos de discussão, a ONU emitiu, em setembro do ano passado, a terceira Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas. Das 158 nações do mundo com direito a voto na Assembleia, quatro votaram contra – Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia; 11 se abstiveram de votar – Azerbaijão, Bangladesh, Butão, Burundi, Colômbia, Geórgia, Quênia, Nigéria, Rússia, Samoa e Ucrânia; e os outros 143 países, entre eles o Brasil, votaram a favor.

Se comparada aos documentos elaborados anteriormente, a terceira Declaração da ONU é bem mais precisa. O aspecto mais objetivo está na imposição aos governos de garantir os direitos ali estabelecidos, obrigando-os a assegurar a melhoria contínua das relações com os povos, como explica o professor Sílvio Coelho dos Santos, antropólogo e doutor em Ciências Sociais. Para as nações indígenas, a aprovação do documento é considerada uma vitória, pois contempla antigas reivindicações, como os direitos de determinar livremente a condição política; de optar por um modelo próprio de educação, de sociedade, de cultura e de economia; de manter seus valores culturais; de participar de decisões que afetem seus direitos; de garantia de proteção jurídica sobre o direito a terra. O professor Sílvio ressalta a importância desta Declaração por chamar a atenção para a questão da diversidade, para o fato de sermos uma expressão da natureza. Ele questiona: “Quem vai dizer que os eleitos, os verdadeiros homens, são os brancos? Em última instância, o que é a humanidade? Como nós nos relacionamos como seres humanos?”

“... como seres humanos?”

Atualmente as nações indígenas existentes no mundo são em torno de três mil, das quais cerca de 600 no Brasil. Apesar da constituição brasileira de 1988 reconhecer uma significativa gama de direitos aos povos originários, eles continuam a sofrer constrangimentos na busca desses direitos. Em parte porque estão parados no Congresso Nacional diversos projetos que propõem um perfil avançado no tratamento de temas como capacidade civil dos índios, proteção aos conhecimentos tradicionais e demarcação de terras. A aprovação do Novo Estatuto do Índio esbarra nos interesses de membros da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Governo Federal, preocupados em controlar as riquezas existentes em áreas indígenas, e também na falta de poder político dos índios.

Sílvio Coelho dos Santos relembra alguns casos de discriminação contra os povos indígenas, como um caso ocorrido em setembro de 2007, paralelo à aprovação do documento da ONU. Devido à duplicação da BR-101, as terras da tribo dos índios Guarani Mbya, em Massiambu, localidade do maciço do Morro dos Cavalos, no município de Palhoça, ao sul de Florianópolis, foram desapropriadas pelo governo. A transação foi legal, feita a partir de acordo entre governo e índios. De posse do dinheiro da indenização, estes decidiram adquirir terras em Gaspar, distante 120 km da Capital. Quando o prefeito do município soube que os novos vizinhos eram índios, imediatamente publicou um documento decretando as terras de utilidade pública. Ato contínuo, eles foram alvo de pronunciamentos preconceituosos e discriminatórios do procurador do município e de vereadores. A ofensa tornou-se pública através de um programa de rádio local, onde o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais declarou: “Vamos ter moradores novos em Gaspar. Índios. Será que nós merecemos, povo gasparense? O que virão fazer os índios em nossa cidade? Comer o peixe de quem trabalha, de quem faz uma lagoa? Não queremos isso, queremos políticas de apoio aos agricultores, que trabalham e merecem apoio”.

Foto: Oswaldo Nocetti



Sílvio Coelho é um antropólogo angustiado: “Quem vai dizer que os eleitos, os verdadeiros homens são os brancos? Em última instância o que é a humanidade? Como nós nos relacionamos como seres humanos?”

Foto: James Tavares



Um pouco da história das nações indígenas do litoral do Brasil

Conforme o professor Sílvio Coelho, o reconhecimento de direitos a etnias indígenas expressos na Declaração dos Direitos da ONU é um ponto de apoio, um argumento a mais para fazer respeitar estes povos historicamente vitimados pela truculência dos dominadores, principalmente europeus. No livro *Ensaio oportuno*, ele relata: “Mas, sem dúvida, foram os Carijó que suportaram os primeiros embates com os europeus, tanto na Ilha de São Francisco como em todo o litoral. Da cordialidade e da curiosidade sobre aqueles estranhos homens barbudos, cobertos com roupas malcheirosas, que desciam de barcos enormes usando estrondosas armas de fogo e portando afiadas lâminas de aço, surgiu nas décadas seguintes o medo devido à violência e à vontade explícita

dos recém-chegados em submeter os indígenas. O rapto seguido do trabalho escravo, o abuso sexual das mulheres e o apossamento dos bens indígenas, apesar das convicções cristãs dos conquistadores, tornaram-se rotinas. Simultaneamente, os europeus passaram para os índios diversas doenças até então para eles desconhecidas, como a varíola, o sarampo, a gripe, a pneumonia, a tuberculose e a gonorréia. Assim as epidemias desarticularam o equilíbrio demográfico das aldeias e a sua organização socioeconômica. Ao mesmo tempo as crenças religiosas que davam suporte à explicação do mundo em que os Carijó viviam passaram a ser desvalorizadas pelos padres que chegaram para catequizá-los (...) Essa violência foi tal, no caso dos Carijó, que no século seguinte (XVII) já não havia mais aldeias no litoral. O cálculo da população dizima-

da entre Cananéia e Lagoa dos Patos é de cerca de 100 mil Carijó”. Mais adiante o professor informa: “À época da chegada dos portugueses, estima-se que o Brasil possuía uma população indígena calculada em quatro a seis milhões de indivíduos. Essa população era dividida em diferentes povos, que tinham uma larga experiência em relação à natureza. A presença desses contingentes no litoral sul do Brasil remontava há cerca de cinco mil anos. O litoral era domínio dos Tupi-Guarani, mas no interior outros grupos tinham seus territórios tradicionais...”.

Em outro parágrafo do livro o professor contempla a realidade atual desses povos: “São esses índios que, no dia-a-dia, expõem de maneira exemplar as tradições de nossa sociedade, ao buscarem ganhar alguns recursos financeiros vendendo artesanato ou esmolando, tan-

to na cidade de São Francisco do Sul como nos centros das maiores cidades do Estado. São eles que continuam, de uma forma ou de outra, a pretender nos mostrar no cotidiano que existem formas alternativas de vida social e de sobrevivência humana que não necessariamente estão baseadas na concentração da riqueza, na exploração agressiva dos recursos da natureza e numa contínua e ingloria disputa de ‘todos contra todos’, como acontece entre nós. São eles os mais deserdados entre todos os demais, que clamam por justiça e por definições políticas que lhes assegurem pelo menos áreas de terras que lhes permitam sua reprodução biológica e cultural, no cenário de um país que pretende respeitar as diferenças culturais e garantir condições de sobrevivência às minorias étnicas” (MP).

Radiografia do crime

Pesquisa analisa homicídios na região metropolitana de Florianópolis

Lívia Helena Freitas
Especial para o *JU*

“Acusados de homicídio representados por advogados remunerados pelo réu têm mais possibilidades de serem absolvidos”. Baseada em dados numéricos e leitura de processos, esta é uma das conclusões da pesquisa que analisou o fluxo de funcionamento do Sistema de Justiça Criminal nos processos penais (no total 183) para o crime de homicídio doloso entre 2000 e 2003, na Região Metropolitana de Florianópolis. A pesquisa considerou os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Os processos foram acompanhados até 2006.

Os dados pesquisados por integrantes do Laboratório de Estudos das Violências (Levis), ligado ao Departamento de Antropologia da UFSC, mostram quantitativamente as diferenças em relação ao acesso à justiça. Dos 47 acusados encontrados nos 37 processos julgados, 62% possuíam defensor cedido pelo Governo e, neste caso, foram constatadas 79% de condenações e apenas 21% de absolvições. Já nos casos em que o defensor era constituído (pago pelo réu) houveram 56% de condenações contra 44% de absolvições. Dessa maneira, ainda que seja preliminar, o estudo indica o acesso diferencial à justiça conforme a capacidade de contratação privada do acusado.

Um dos dados encontrados que mais chama a atenção é o fato de apenas 20% dos processos analisados terem chegado a julgamento. Os demais processos se encontravam em trâmite, suspensos ou arquivados, sendo que desses últimos, 48% foram arquivados por permanecerem sem solução, pois depois da finalização do inquérito os resultados mostravam que não havia evidências suficientes para chegar ao possível autor do crime. Portanto, a pesquisa constatou que, até agora, apenas uma parcela muito reduzida dos homicídios chegou até ao último estágio da justiça criminal, ou seja, ao julgamento.

Outro dado importante encontrado pelo estudo relativo à trajetória dos processos é o que se refere ao tempo de tramitação dos casos. Segundo os dados encontrados, entre o crime e o julgamento dos acusados há um tempo médio de espera de dois anos, sendo que em 75% dos processos que foram julgados os acusados foram condenados.

Segundo a pesquisa, a questão do tempo de

processamento, assim como o fluxo de justiça, são temas praticamente inexplorados no Brasil. “Atualmente pouco se sabe sobre o tempo médio de duração das etapas processuais como inquérito, denúncia, sentença etc. A questão do tempo é revelador, pois mostra dois fatores importantes: o funcionamento da justiça e o tratamento dado aos crimes e aos criminosos”.

O estudo analisou também uma série de outros dados sobre as características dos homicídios e o perfil social dos envolvidos. Dos 183 processos analisados, por exemplo, 75% ocorreram em Florianópolis. No total dos processos pesquisados a maioria ocorreu em via pública, com a utilização de arma de fogo (73%) durante a noite ou madrugada, e com a morte da vítima quase que instantânea (72%). As idades das vítimas concentravam-se entre 15 e 25 anos, enquanto a maioria dos agressores possuía idade menor ainda, entre 15 e 20 anos (90% das vítimas e 96% dos acusados eram homens). Curioso é que em 55% dos casos havia algum tipo de relacionamento entre a vítima e o acusado. Em poucos casos (cerca de 2%) as pessoas eram completamente desconhecidas. Em 43% não há informações sobre a existência ou não de vínculo.

A pesquisa também constatou, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde, que na Região Metropolitana de Florianópolis houve um aumento significativo dos casos de homicídio no período de 2000 a 2003. Os números praticamente triplicaram: passaram de 64 para 168 casos registrados. Chama a atenção também o fato da grande maioria dos homicídios ter ocorrido na Capital (150 casos).

De acordo com o relatório da pesquisa enviado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Brasil o instrumental teórico no campo da violência ainda está em construção. Por isso, é fundamental para a sociedade e para as políticas governamentais em segurança pública um aprofundamento dos estudos nesta área.

O texto do relatório afirma que diante da abrangência da pesquisa é evidente que haverá um aprofundamento mais detalhado dos dados coletados. O estudo ainda destaca que pesquisas do gênero são de grande importância em função da ausência de tradição estatística das instituições de segurança pública e de justiça. Há, portanto, carência de fontes de dados e necessidade de se construir um modelo interpretativo da violência.



Homicídios aumentam oito vezes mais do que a população da Capital

Caminho sem volta (tragédia sem fim?)

Campanhas para conscientizar os motoristas tentam diminuir os acidentes de trânsito em todo o Brasil

Paulo Fernando Liedtke
Agecom

O ano começou com a problemática do trânsito em discussão na agenda pública. Além das medidas governamentais visando diminuir o número de mortes e acidentes, os meios de comunicação aderiram à causa, tomando a iniciativa para uma série de campanhas e reportagens visando conscientizar os motoristas.

No início de janeiro a *RBS* iniciou uma campanha através de seus veículos de comunicação no Rio Grande do Sul e Santa Catarina com o slogan “Violência no trânsito: isto tem que ter fim”. Em outros estados, iniciativas semelhantes tentam reduzir o número de óbitos.

O governo Lula também fez sua parte, propondo um conjunto de medidas para aperfeiçoar o Código de Trânsito Brasileiro, que completou dez anos. Várias propostas estão publicadas no site do Ministério da Justiça para consulta pública, antes de virar projeto de lei (www.mj.gov.br/sal). Entre elas, estabelece maior rigor nas penalidades, reajuste no valor das multas e disciplina a jornada de trabalho dos motoristas profissionais que dirigem ônibus e caminhão.

Na véspera do carnaval, o Executivo publicou uma Medida Provisória proibindo a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais às margens das rodovias federais. A polêmica lei agora segue para

o Congresso que vai apreciar a matéria, enquanto o Judiciário avalia as ações judiciais que estão sendo movidas pelos comerciantes. De fato a lei federal ficou abrangente, pois muitos restaurantes estão inseridos em perímetros urbanos onde cruzam rodovias federais, cujo público consumidor em sua maioria não está em trânsito. O Ministro da Justiça Tarso Genro se comprometeu a rever esta situação.

Recente resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) institui atividades extracurriculares sobre trânsito no ensino médio. As escolas públicas e privadas deverão oferecer uma carga horária mínima de 90 horas durante os três anos de formação. O aluno que obtiver 75% de frequência ganhará um certificado para solicitar a carteira de habilitação, sem necessidade de fazer as 30 horas do curso teórico de formação de condutores.

Em Santa Catarina há motivos de sobra para reforçar a atuação das autoridades. O Estado ficou novamente em segundo lugar no número de mortes nas rodovias federais durante o carnaval. Neste ano, 15 pessoas perderam a vida nas BRs durante o feriado prolongado. A mesma posição SC vem ocupando nacionalmente, juntamente com São Paulo, pelo elevado número de mortes provocadas pelo trânsito. Para cada grupo de 100 mil pessoas, 33,5 catarinenses perdem a vida anualmente em acidentes de transporte. O trânsito matou pelo menos três pessoas por

dia durante os noventa dias do verão. Foram 320 vítimas no Estado durante a temporada. No último feriado de páscoa foram 14 mortes.

Uma pesquisa desenvolvida pela geógrafa Lillian Diesel, do Departamento de Engenharia Civil da UFSC, analisa os trechos mais perigosos das rodovias estaduais e federais. Os dados podem colaborar com futuras ações das autoridades.

Enquanto isto Florianópolis lidera o ranking nacional na proporção de veículos. A média é de um carro para cada dois habitantes. São mais de 200 mil automóveis emplacados na Capital. Sem falar nos motoristas de municípios vizinhos que circulam na cidade: em sua maior parte uma ilha cuja geografia dificulta a expansão do sistema viário. Não bastando os congestionamentos, o transporte público deixa a desejar.

A mobilidade urbana passa a ser um dos grandes problemas contemporâneos, sem falar na poluição ambiental gerada com o consumo de combustível. Cidades como São Paulo, com 6 milhões de veículos, já adotaram uma política de revezamento através das placas. Na maior cidade do País, 800 carros são emplacados diariamente. A Prefeitura agora tenta restringir o estacionamento de veículos no centro da capital paulista. Outras medidas tiveram como alvo os motoqueiros, através de leis objetivando disciplinar a circulação de motocicletas e reduzir o número de mortes, pois um piloto falece por dia na cidade.

UFSC leva calouros para competição nacional de Baja

A crise nas fundações de apoio à pesquisa atrapalhou a montagem dos carros

Cora Ribeiro do Valle Dias
Bolsista na Agecom

A Equipe UFSC Baja Sae funciona como uma empresa automobilística, que além de projetar e fabricar veículos fora de estrada (off-road), deve lidar com a administração e o planejamento do processo produtivo dos protótipos. O baja é um veículo de quatro rodas, para um ocupante, destinado a trajetos fora de estrada, capaz de atravessar terrenos acidentados e que utilize motor padrão de 10 HP. Para o professor que coordena a equipe, Lauro Nicolazzi, os alunos que integram o grupo adquirem uma visão macro da engenharia, o que torna o projeto acadêmico uma experiência diferenciada dentro da universidade.

Este ano, a equipe da UFSC ficou em 25º lugar entre as 68 inscritas na XIV Competição Baja SAE Brasil-Petrobrás, que ocorreu em Piracicaba, no interior de São Paulo, entre os dias 13 e 16 de março. O resultado não foi tão bom quanto o do ano passado, quando os protótipos Ilhéu e Uiraçu ficaram em 6º e 12º, respectivamente. No entanto, o professor Nicolazzi ressalta que esta colocação não desestimula a equipe.

Apenas o carro Uiraçu participou desta edição da competição nacional. O Ilhéu, que é o outro protótipo da UFSC, não ficou pronto a tempo devido a problemas financeiros. "A crise nas fundações atrapalhou muito a montagem dos carros", lamenta o professor. Segundo ele, muitos dos alunos que formaram a equipe neste ano eram calouros que nunca haviam participado de

uma competição, o que colaborou para a queda de desempenho.

A equipe da UFSC é composta por vinte alunos de Engenharia Mecânica, Elétrica e de Produção, dos quais apenas quatro já haviam competido na etapa nacional. Além disso, o projeto dos carros foi bastante alterado em relação a 2007. "Os carros estão melhores tecnicamente, embora conceitualmente não tenham mudado. Os alunos conseguiram reduzir 25% do peso dos protótipos em relação aos anteriores" informa Nicolazzi.

Apoio - Para competir este ano, a equipe da UFSC recebeu apoio das empresas ZEN, Tremaza, Semil, Dayco, Alcoa, Rudolph, Sandvik Coromant, Rudolph, NSK, Ciser, Santa Fé e Petrobrás; da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) e do Laboratório de Materiais da Engenharia Mecânica (LabMat).

A competição tem como prova principal o enduro, na qual os carros enfrentam uma pista de terra cheia de obstáculos, durante quatro horas. Nesta etapa, o carro Uiraçu chegou a ocupar a décima posição e fez o quarto melhor tempo de toda a prova, mas devido a problemas no suporte do amortecedor, no cabo de bateria e na balança inferior dianteira direita, o carro terminou na 17ª colocação.

Baja Dana Sul - Agora a Equipe da UFSC se concentra na competição regional que acontece todos os anos em Gravataí (RS). "Vamos reparar os erros e montar estes dois projetos maravilhosos para a etapa regional", ressalta o professor Nicolazzi. Nos três últimos anos, a UFSC conquistou o primeiro lugar nessa competição.

Foto: Cadu/Autoterra



Auditoria interna garante a transparência na aplicação de recursos

Mara Cloraci
Jornalista na Agecom

Pequenas falhas humanas no preenchimento de formulários, na realização de cálculos, ou ainda a falta de atenção no recebimento de documentos podem causar grandes dores de cabeça a uma instituição pública na hora de prestar contas dos recursos que administra. Em uma universidade, com estrutura semelhante à de uma cidade, esta preocupação toma proporções gigantescas. São vários centros, departamentos, setores. Com o objetivo de orientar os gestores, de fortalecer a gestão, de racionalizar as ações de controle e de prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle interno do Poder Executivo Federal, o Conselho

Universitário da UFSC criou em 2002, através da resolução de número quatro, o setor de Auditoria Interna – AUDIN.

O Setor de Auditoria Interna é vinculado diretamente a Reitoria e conta atualmente com três servidores a quem compete orientar o Reitor e demais gestores sobre possíveis falhas no encaminhamento de assuntos que envolvem recursos financeiros da Instituição. Mergulhados em pilhas de processos estes profissionais realizam a análise da documentação das empresas em processos licitatórios; a análise prévia de processos licitatórios para aquisição de bens e serviços; a análise de recursos interpostos por licitantes; o assessoramento técnico no acompanhamento dos processos de terceirização; a conferência e atuali-

zação de cálculos judiciais em processos de liquidação de sentença; o acompanhamento das equipes de auditoria que se apresentam na UFSC; a coordenação da elaboração de respostas às diligências realizadas por unidades de controle interno e de controle externo; o acompanhamento aos setores envolvidos, dos assuntos apontados nas diligências e relatórios de auditoria, e das decisões do Tribunal de contas da União; a avaliação e instrução de processos administrativos; e a realização de auditorias programadas e específicas, quando determinadas pelo Reitor.

Conforme o Auditor Chefe do setor, Audi Luiz Vieira, a criação da auditoria interna na UFSC foi "muito salutar, pois quanto mais de acordo com o estabele-

cido maior a lisura de aplicação do dinheiro público". Para garantir esta lisura, a equipe atua em sintonia com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), através do cruzamento de dados e constante atualização da legislação. Para a comunidade em geral o trabalho da AUDIN confere transparência sobre a aplicação dos recursos públicos, já que todos os dados financeiros são apresentados através de relatórios, disponíveis no site www.audin.ufsc.br. Para a administração da UFSC, conforme ressalta Audi, o trabalho representa a segurança de estar sempre informado sobre possíveis falhas, além de funcionar como um fator inibidor contra a pressão sobre determinadas áreas.

Receita para os bons arranjos produtivos locais



Platic: contribuições metodológicas, conceituais e estratégicas para melhorar a competitividade das empresas

Acaba de ser lançado pelo Instituto Euvaldo Lodi e pelo Sistema Fiesc o livro *Platic – Arranjo produtivo catarinense – Tecnologia da informação e comunicação*, que exhibe os resultados da interação do IEL/SC com instituições acadêmicas, empresas e governo em Santa Catarina. O objetivo da publicação é relatar a experiência de criação do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação e da Comunicação (APL-TIC), reunindo contribuições metodológicas, conceituais e estratégicas que ajudem a melhorar a competitividade das empresas por meio de uma atuação integrada e regional, levando em conta as peculiaridades de empresas de tecnologia da informação e comunicação nos pólos de Florianópolis, Joinville e Blumenau.

O livro traz um histórico do setor de TIC no Estado, diagnóstico do segmento, os avanços alcançados a partir de programas de qualificação tecnológica (com o envolvimento das universidades), a interação das empresas de tecnologia com o mercado e os resultados obtidos

até agora. A estratégia do grupo que gerou o Platic foi a de criar, a partir dos conhecimentos existentes no ambiente acadêmico, dez núcleos de excelência que pudessem prestar serviços às empresas em suas áreas de carência, eliminando os "gargalos" detectados no decorrer do processo de gestação dos arranjos produtivos locais.

Com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc) no aporte de recursos para a execução das ações planejadas e na busca dos resultados esperados, o Platic é exemplo de boa interatividade entre os setores acadêmico e empresarial. "A experiência vivenciada no desenrolar do projeto confere tais conhecimentos, que (...) apresentam aos leitores a oportunidade de colocar os mesmos em prática e, assim, obter benefícios para suas organizações", escreveu na apresentação da obra o superintendente do Instituto Euvaldo Lodi/SC, Natalino Uggioni.

A UFSC no Guia da Indústria

Recém-lançado, o *Guia da Indústria Santa Catarina*, do Sistema Federação das Indústrias do Estado (Fiesc, Ciesc, Sesi, Senai, IEL), traz uma visão abrangente da produção industrial catarinense, nomeando todas as empresas distribuídas nos 293 municípios e destacando os principais pólos industriais e suas características e peculiaridades.

Uma das páginas institucionais é a da Universidade Federal de Santa Catarina, onde é destacada a posição privilegiada da instituição na pesquisa e na divulgação científica – áreas que têm íntima relação com a indústria catarinense. Segundo o Webometrics (World Ranking of World Universities), que classifica duas mil instituições em todo o mundo, a UFSC figura na terceira colocação no Brasil (atrás apenas da USP e da Unicamp) e no quinto lugar na América Latina entre as que mais produzem ciência e tecnologia.

O material também ressalta o papel das fundações – Fapeu, Feesc, Fepese, Certi e José Boiteux – na integração Universidade/ Indústria, que tem contribuído para consolidar o desenvolvimento científico-tecnológico de Santa Catarina e do País.

Ombudsman

Jornalismo, muito além das redações

Sempre me causou espanto o desprezo que a mídia local alimenta em relação à UFSC. Não me refiro aos atos oficiais ou acontecimentos espetaculares. Jornais, rádios e TVs de Santa Catarina ignoram que a universidade além de um espaço para o ensino é um campo fértil para a produção científica. As pesquisas, os projetos de extensão, as pessoas responsáveis, suas condições de trabalho, o interesse público envolvido não são pauta dos meios de comunicação. Parte dessa ignorância cabe certamente à própria Universidade, como instituição. Mas com certeza, a maior responsabilidade é dos meus colegas jornalistas e seus patrões. Há nas redações uma indisposição atávica para enfrentar o esoterismo dos cientistas, o formalismo e hermetismo da academia e revelar ao cidadão, com as ferramentas do jornalismo, o quanto é importante para a sua vida uma universidade pública e de qualidade.

O *Jornal Universitário* é uma gota que ajuda a debelar esse incêndio imenso. É um veículo institucional e cumpre bem a missão de produzir comunicação ao público interno. A edição de número 388 abre espaço para a polêmica das cotas e ações afirmativas na universidade, informa o cotidiano do campus aos calouros, antecipa as reformas do RU e destaca a ampliação da UTI do valioso Hospital Universitário. Mas felizmente, ousa romper os muros da cidade universitária. A matéria central é uma reportagem especial sobre a Invernada dos Negros, em um distante município do oeste catarinense, onde a UFSC desenvolve pesquisas. A página 10 apresenta projetos de incentivo à agricultura familiar e de construção de um engenhoso banheiro seco. A contra-capas destaca os esforços da EdUFSC e do Museu Universitário para recuperar a obra de um artista popular. Descobri, com saudosismo, a razão do sumiço do Seu Bicaca do centro de Florianópolis. Desconhecia que ele já tinha morrido há quase três anos.

Sugiro o investimento nesse tipo de matéria, sem abandonar a comunicação



interna. Reportagens explorando a conexão da universidade, seus professores, estudantes e funcionários com o mundo aqui do lado de fora. O expediente não informa a tiragem, mas quem sabe o Seu Reitor libera o orçamento e destina alguns exemplares para as bancas dos bairros no entorno da universidade e do centro da cidade. Provavelmente já façam isso, mas sugiro também uma entrega especial nas redações, com endereçamento pessoal aos pauteiros. Quem sabe, em um dia desses, num futuro não muito distante, a mídia descubra a Universidade.

Mas o editor solicita uma crítica e se pra dar palpito, sugiro também um novo projeto gráfico e editorial, que valorize mais a fotografia e outros recursos gráficos de apoio aos textos de serviço e reportagens. Percebo uma falta de identidade visual e uma certa confusão no uso de tipos e cores. Os textos, às vezes, resvalam em um informalismo excessivo.

A Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - defende que assessoria de imprensa é função exclusiva de jornalista profissional. A equipe responsável pela produção do *Jornal Universitário* prova que é possível a realização de jornalismo com profissionalismo, qualidade técnica e ética em assessorias de comunicação. Parabéns aos jornalistas da Agecom e vida longa ao *Jornal Universitário*.

Sérgio Murillo de Andrade

Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas e ex-aluno da UFSC

Imagem



Foto: Jones Bastos

Incentivado desde 2005 pelo Banco do Brasil e pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), o trote solidário tem ganhado, a cada semestre, mais adeptos. A pró-reitora Corina Espindola entende que o desafio é modificar a tradição que envolve o trote sem, no entanto, extinguir o ritual. "Quando nos propomos a receber os novos alunos, precisamos pensar que lidamos com pessoas que não conhecemos, com vivências e especificidades diversas, e as marcas dessa prática podem ficar para o resto da vida". Na foto, os calouros do curso de Engenharia Civil demonstram que integração nada tem a ver com humilhação.

Para ficar na memória

Na mesma semana, a UFSC perdeu dois de seus mais reconhecidos profissionais. No dia 17 de março, faleceu José de Assis Filho, trabalhador técnico-administrativo que exerceu forte liderança na luta pela universidade pública e na defesa das bandeiras do Sintufsc, onde respondia por uma das coordenadorias gerais. Durante 25 anos, ele prestou seus serviços ao Departamento de Administração Escolar (DAE), e paralelamente envolveu-se em causas como o Hospital Universitário 100% SUS e a melhoria das condições de trabalho dos servidores da instituição. Além da apaixonada militância e da esperança em dias melhores que espelhava ao seu redor, Assis tinha uma participação comunitária importante no bairro Pantanal, em Florianópolis, onde residia, atuando junto à Capela Santo Agostinho e à equipe de futebol da Portuguesa. Ele morreu de câncer no estômago, aos 53 anos, deixando a mulher Elenir, dois filhos e quatro netos. No Sintufsc e na Universidade, o sentimento foi de perda de um grande colaborador e, mais que isso, de um guerreiro como poucos dentro do serviço público brasileiro.

Outra perda, ocorrida no dia 18 de março, foi a do professor João Ernesto Escosteguy Castro, um dos idealizadores do curso de Engenharia de Produção e dono de uma vida acadêmica vasta e produtiva. Graduado em Engenharia Metalúrgica pela UFRGS, ele dava aulas na graduação e no mestrado na UFSC e concentrou suas pesquisas no planejamento industrial e na economia da engenharia. Foi editor da



Foto: Arquivo Sintufsc

Assis: luta constante por melhorias das condições de trabalho dos trabalhadores da UFSC

Revista de Produção (on-line) e co-autor do livro "Gerência de Projetos – Engenharia Simultânea", além de haver atuado no Escritório de Assuntos Internacionais (Esai) e no projeto WebEnsino. Entre outras atividades, foi consultor da Finep e representante da UFSC junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade de Florianópolis (CMDCF). Também integrou a diretoria da Associação Catarinense de Engenheiros, passou pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina, trabalhou na Câmara de Engenharia Industrial do Crea/SC e foi vice-coordenador da regional catarinense da Associação Brasileira de Engenharia (Agenge). Fora das atividades acadêmicas, foi vice-comodoro do Iate Clube Veleiros da Ilha e presidente da comissão de serviços internacionais do Rotary Club de Florianópolis.

A homenagem dos amigos

O Curso de Agronomia também se despediu de dois de seus alunos neste mês de março. Fabio Schiessl, natural de Florianópolis, ingressou na Universidade em 2004, e faleceu no dia 1º, vítima de afogamento. Sobre Fábio, seus amigos escreveram: "Um amigo, companheiro, irmão que, com o seu jeito divertido, sempre trouxe grande alegria. Hoje, com satisfação, é parte da nossa história e com muito amor lembramos dos grandes momentos vividos imensamente ao seu lado. Até que nos encontremos de novo, que Deus lhe guarde na palma de Suas mãos".

Marcio Rieper frequentava a UFSC desde 2003. Nascido em Joinville, foi derrotado pela pneumonia no dia 11. "Deus sempre quer os anjos ao lado dele... Marcio amigo querido com seu jeito especial, para sempre nos lembraremos de você rindo, falando besteiras, com sua palavra amiga para qualquer problema. Que essa luz lhe acompanhe eternamente. Foi muito especial poder compartilhar um pouco de nossas vidas com você. Já sentimos sua falta. Até um dia, na eternidade", escreveram seus amigos, em homenagem.

JU dos leitores

A Equipe do Planetário tem a honra de convidar a comunidade Universitária para as Sessões de Planetário e Observação Astronômica:

quartas-feiras, pontualmente às 15h30 - sessão infantil na cúpula do Planetário - recomendável a partir dos cinco anos;

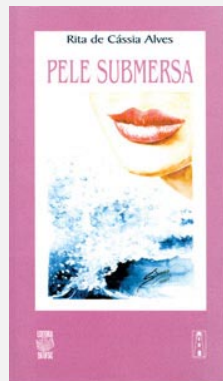
e às 18 horas: sessão aberta à comunidade em geral na cúpula do Planetário.

Após a sessão no Planetário, dependendo das condições atmosféricas, haverá observação do céu com telescópios no Observatório Astronômico da UFSC, situado em frente ao Planetário.

Sessões para escolas: agendar através do telefone (48) 3721 9241.

Para saber mais da programação, acesse o site www.cfh.ufsc.br/~planetar/prog.htm

Poesia



Enlace

A hera abraça o muro.

O solo corteja a raiz.

Afeto viscoso.

Educadora em Joinville, Rita de Cássia Alves faz uma poesia lírica, mas ao mesmo tempo ecológica e engajada. *Pele submersa*, nas palavras do poeta Marcos Laffin, "é poesia para ser engolida aos poucos, assim como quem come algodão doce, sabendo-se devorado pelo infinito da Via Láctea". O livro integra a Coleção *Ipsis Litteris*, criada pela EdUFSC para lançar novos talentos literários.

I lha da reserva da biosfera *urbana*

UFSC será palco de discussões sobre conservação da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e da manutenção dos valores culturais. O Seminário ocorre em novembro

As reservas da biosfera urbana – porções representativas de ecossistemas terrestres ou costeiros onde se experimenta, aperfeiçoa e introduz os objetivos da conservação da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável e da manutenção dos valores culturais – serão debatidas no primeiro Seminário Internacional sobre o tema, que será realizado na Universidade Federal de Santa Catarina em novembro deste ano.

O evento foi proposto pelo reitor Lucio José Botelho e aprovado durante o III Congresso Mundial de Reservas de Biosfera, promovido na primeira semana de fevereiro em Madri, na Espanha. Mapeada pela Unesco para ser reserva da biosfera urbana, a Ilha de Santa Catarina poderá tornar-se uma experiência inovadora, talvez até uma referência mundial nesse campo.

O seminário discutirá a fundo projetos internacionais em andamento na América Latina (cinturão verde de São Paulo e experiência de Formosa, na Argentina, por exemplo) e em outros continentes. A idéia é promover mostras, debates e grupos de estudos específicos, visando, inclusive, a estudar e melhor definir o conceito no contexto da Unesco.

Hoje, segundo adiantaram o reitor Lucio Botelho

e o presidente da Fapesc, Antônio Diomário de Queiroz, há uma divisão em torno da proposta. Uma ala de ambientalistas defende que os recursos de biosfera devem ser direcionados a áreas rurais e porções ainda não ocupadas (na linha dos chamados parques de conservação ambiental), e outro grupo avança na direção do meio ambiente urbano, defendendo uma visão mais ampla, englobando homem e biosfera. Aqui, o homem que não vive em cidades é percebido de maneira holística como parte inteira da biosfera, inclusive atingido pelos efeitos nefastos da ocupação predatória na natureza; quer dizer, é necessário conviver com as reservas da biosfera, resolvendo também o problema do emprego e da ocupação urbana.

Os ambientalistas “puros” buscam compensar o que ainda não foi destruído (como o Aquífero Guarani). Os demais evoluem para outras estratégias, procurando preservar a qualidade de vida, isto é, criando oportunidades, renda etc. O desafio é manter o nível de preservação ou avançar de modo que a recuperação de áreas degradadas se torne uma condição natural.

Florianópolis esteve bem representada em Madri (governo, academia, setor produtivo etc.) e está es-

calada para ser uma reserva piloto desse novo conceito de biosfera em ambiente urbano. Deverá se tornar uma referência para outras experiências que começam a se desenhar no mundo. O seminário de novembro ajudaria a própria Unesco a desenvolver melhor o conceito em questão.

É preciso chamar a atenção para o atual Plano Diretor da Capital, que é participativo mas não está antenado para essas novas demandas. É verdade também que o desafio da preservação da Ilha não é novo; existe, embora insuficiente, até uma certa cultura nessa direção. Cabe citar as experiências, projetos pesquisas e o próprio campus da UFSC, projetado pelo paisagista Burle Marx, além do trabalho das ONGs. São iniciativas, no entanto, pontuais. Falta uma política, algo coordenado, pensado.

No final de março, foi realizada uma reunião do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica de Santa Catarina, envolvendo representantes da UFSC, Fapesc, Prefeitura de Florianópolis, órgãos ligados ao governo do Estado, ONGs e entidades empresariais. Ajustes no processo de transformação da Capital em reserva da biosfera e avaliação dos progressos já obtidos nesta direção dominaram os debates.



Foto: James Tavares